

PERGUNTAS SEM REPOSTAS

Alves Filho e Lobão não conseguem se explicar à CPI

Os depoimentos dos governadores pefelistas Edson Lobão, do Maranhão, e João Alves Filho, de Sergipe, à CPI do Orçamento, sábado, em Brasília, deixaram sem explicação questões consideradas importantes pela comissão. Lobão, não esclareceu, por exemplo, a origem de US\$ 600 mil que teria movimentado em 1989 em sua conta bancária. O governador também não respondeu às perguntas sobre seu patrimônio. Alves Filho não explicou por que liberou, em 89, quando era ministro do Interior, verbas de subvenções sociais no valor de US\$ 40 milhões para entidades indicadas pelo deputado João Alves (sem partido-BA). A CPI identificou também irregularidades na declaração de bens de Alves Filho, que exclui imóveis registrados em seu nome no Estado. O governador de Sergipe se comprometeu a enviar documentos à CPI para esclarecer todas as dúvidas.

O depoimento de Lobão a uma comissão especial de parlamentares, liderada pelo deputado Odacir Klein (PMDB-RS), foi feito no escritório do governo do Maranhão. A CPI se surpreendeu com sua movimentação financeira nos últimos cinco anos. Lobão chegou a se irritar e dizer que não tinha que "justificar coisa alguma". Pouco depois, mais calmo, admi-

O governador de Sergipe, João Alves Filho, culpa o Congresso pela liberação das verbas de subvenções.

tiu que fornecerá nos próximos dias as explicações sobre a evolução de seu patrimônio e a origem dos US\$ 600 mil. Lobão admitiu no depoimento que esteve na casa do deputado João Alves, em 90, quando este era relator do Orçamento da União: "Fui porque, como governador, precisava lutar por mais recursos para meu Estado". A delegação de parlamentares designados para o depoimento de Alves Filho, no escritório de representação de Sergipe, não ficou satisfeita com o que ouviu do governador. O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) classificou o depoimento de "nebuloso". O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) disse que a CPI vai aprofundar as investigações sobre a participação do governador no esquema.

Segundo ele, dos US\$ 40 milhões liberados pelo então ministro do Interior, US\$ 20 milhões foram para o Rio de Janeiro, US\$ 4,8 milhões para São Paulo e US\$ 4,5 milhões para a Bahia. "Foram beneficiadas aquelas entidades que estão sendo investigadas pela CPI." Alves Filho culpou o Congresso: "Eu apenas atendia às solicitações do Congresso, nada mais." Segundo ele, se houve irregularidades, a culpa é dos líderes, que escolheram mal os seus representantes na Comissão de Orçamento.